

Zamboni, pelos trabalhos realizados. — X —
 — O conselheiro Cícero Bley estendeu o voto
 de Louvor a toda a Diretoria pelo trabalho de
 elaboração e divulgação da tecnologia de adminis-
 tração das áreas primitivas através do tombamento.

— Como ninguém mais quisesse fazer uso da
 palavra, o presidente do Conselho deu por encerra-
 da a reunião e em Maura Uisa V. Penna,
 lavei a presente ata que depois de lida e apro-
 vada será assinada por mim e pelos presentes
 na próxima reunião.

~~F. Gonçalves~~
~~B. Willer~~
~~A. Chiarotti~~
~~M. Valente Piermarini~~

Ata da reunião extraordinária
 do Conselho Estadual do Pa-
 trrimônio Histórico e Artístico,
 realizada em 9 de setembro
 de 1987.

Por nove dias do mês de setembro de mil nove-
 centos e oitenta e sete, reuniu-se o Conselho Estadual
 do Patrimônio Histórico e Artístico, com a presença do
 Presidente do Conselho, Dr René Ariel Dotti, dos con-
 selheiros Alfred Willer, Ana Cleide Chiarotti Cesário, pelos
 F. Gonçalves Carneiro, Francisco A. Carboni, João José Biga-
 rella, José La Pastura Filho, Ildemar Blasie e da
 secretaria do Conselho, Maria Luisa Valente Piermar-

tu. Participaram também da reunião, a Coordenadora de Ensino e Pesquisa da SEECC, Marlene Rodrigues, o Curador do Patrimônio Natural da SEECC, Roberto Ribas Lamego, a Diretora do Parque Histórico do Mate, da SEECC, Rosca Zamboni, os arquitetos Rosânia Coeli Alice Parchen, José Briz Desordi Gantert, Jardas Santos Schiemenz, e as funcionárias Marie Yvonne Dobiagno dos Santos e Imaar Munhoz, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEECC. Os Conselheiros Ruy Wachowicz, Cícero Jayme Bley Júnior e Luís Edson Fachin não compareceram, sendo que o último justificou a ausência. Da pauta da reunião constam os seguintes temas: 1 - Leitura e aprovação da Ata anterior. 2 - Apresentações da proposta da SEECC para a Ilha do Mel, de acordo com resolução nº 90/87 atendendo ao Decreto 972 de 21-07-87. 3 - Reuniões dos Conselhos para aprovação do plano de gerenciamento da área do Marumbi. Conselhos: do Boticário, do Patrimônio, Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente e Câmara Técnica da área de interesse turístico do Marumbi. Local: Sala dos Governadores Palácio Iguaçu, às 14 horas do dia 14 de Setembro/87. 4 - Outros. Procedeu-se à leitura da Ata da 63ª reunião, com as seguintes observações: com relação aos subsídios mensais destinados à ADEA, aprovada com a isenção do voto do prof. Brigarella, estes serão da ordem de 15 a 20 mil cruzados mensais. A conselheira Ana Cleide C. Cesário, a propósito do trabalho de apreensão do modo de vida dos ilhéus, solicitou a substituição do termo "resgatar" por "respeitar" a produção cultural. À folha 10, verso, alínea 15 substituir "Departamento Estadual de Cultura" por Decreto 972, do Governador do Estado, de 21/07. O conselheiro Celso Carneiro encaminhou as propostas re-

relativas à reunião anterior, contendo as seguintes recomendações: "que se considere golo da elaboração de propostas relativas ao uso da ilha as seguintes diretrizes: 1. adotar como diretriz geral para o uso da Ilha do Mel, o incentivo, mediante a execução das convenientes obras de infra-estrutura e moritagem dos adequados sistemas de prestação de serviços ao turismo, que não implique na permanência da maioria dos usuários por um período superior a um dia e que se tomem com a máxima prioridade as medidas para o ordenamento do campismo constantes no Plano de Uso - Ilha do Mel. 2. Que nenhadas ações a serem preconizadas pela mesma Comissão se conceda prioridade máxima à construção do Terminal de Pontal do Sul equipamento fundamental para a consecução da diretriz nº 1. 3. Que, pela observação dos limites atualmente impostos pela oferta de água potável e energia elétrica, pela disponibilidade de áreas para campismo e pelas características dos serviços de segurança, fiscalizações, saúde, salvamento e remoção de resíduos, se estabeleça o número máximo de usuários da ilha por períodos superiores a dia para o próximo verão, e que se dê prioridade para a implantação das convenientes equipamentos e mecanismos de informações aos campistas e fiscalizações para que se faça respeitar este limite máximo. 4. Que se crie um mecanismo de caráter multissetorial e permanente que integre as entidades governamentais envolvidas na questão, que se oponha à implementação das propostas e sua avaliação, bem como, da coordenação das ações setoriais". Com relação a estas propostas, o conselheiro Francisco A. Carboni solicitou informações relativas à regularização das propriedades. O Curador do Patrimônio Natural, Ro-

Berto R. Lange, esclareceu que o SPU - em 82 firmou com o Estado do Paraná a cessão de uso da ilha, por aforamento, vinculada a um plano de uso, o qual foi posteriormente detalhado pelo Decreto 4964; as cessões de uso são vitais.

O conselheiro José La Pastina Filho apresentou a seguinte proposta: "Diante do incremento do fluxo turístico à Ilha do Mel, bem como às outras ilhas da Baía de Paranaguá e em face da vocação natural da área compreendida pelo Canal do DNOS, Canal do Perequê, Barra Sul da Baía de Paranaguá e sede do Centro de Biologia Marinha da UFPR, proponos que o Estado reassuma o domínio sobre a aludida área, pelos meios legais cabíveis e aí instale o terminal turístico de Pontal do Sul, obra imprescindível para a efetiva democratização do uso e fruição da Ilha do Mel, patrimônio natural do Paraná e do Brasil?" O presidente do Conselho retrou-se, passando a presidência ao conselheiro Bigarella. O conselheiro Celso G. Carneiro aprovou a escolha do local para o terminal turístico como o mais adequado para os fins desejados. O conselheiro José La Pastina Filho propôs equacionar no continente os problemas referentes à água; limitar o número de pessoas que possam usufruir daquele patrimônio natural, criando alternativa em Pontal. O professor Bigarella considerou a proposta de suma importância para o problema da ilha, votando-a em votação. Todos os membros do Conselho aprovaram a proposta. A seguir, o Prof. Bigarella sugeriu que o Curador do Patrimônio Natural, Roberto R. Lange, iniciasse a apresentação dos

trabalhos. Roberto R. Lange esclareceu que há um ano não visitava a ilha. É exigência do plano de uso a concessão de terrenos de no máximo 500 m². Muitos não seguem as normas de uso, por exemplo, não usar arame farpado. A atualização daquele plano necessita ser feita e a compatibilização com a situação atual. Roberto Lange sugeriu que o Decreto nº 4964 seja complementado com um ou mais artigos, com a instituição de uma Câmara de Apoio Técnico, a exemplo da Câmara de Apoio Técnico à AEIT do Marumbi. Explicou também sobre a necessidade de um terminal turístico de Pontal. O público preferencial que frequenta a ilha é de baixa renda. A orientação deste público está vinculada à ação no continente. Há necessidade de definir áreas para a construção de um terminal de embarque, praça, área reservada ao fluxo de turistas, além do Porto e Cais para as embarcações dos nativos. E obras como camping, centro de recepção aos turistas e mercado.

A Ilha do Mel vive uma situação de equilíbrio instável. Obras isoladas como um trapiche desencadearam fluxo desordenado e com apenas a instalação de um camping não se extinguirá o camping desordenado. O projeto deve ser integrado para não fracassar. O conselheiro José da Pasturia Filho parabenizou Roberto Lange e recomendou que não se façam novas concessões.

Roberto Lange opiniou que o problema é muito complexo devendo-se prever uma solução para o crescimento vegetativo dos nativos, famílias antigas e outros casos excepcionais, através de concessões não transferíveis. O conselheiro José da Pasturia

Filho manifestou-se contrário à ideia de novas concessões, mesmo para filhos de nativos. O conselheiro Celso G. Carneiro considerou ser dispositivo de difícil administração, no sentido de garantir que haja critérios para isso, qdo. submetidos apenas por autoridade competente. Há necessidade de mecanismos de controle social. Impedir é abrir um conflito. O conselheiro José (digo) Oldemar Blasi perguntou se o Decreto 4964 prevê a normatização de uso. Roberto Dange declarou que qto. aos que pintam os proprietários de casas na ilha como monstros, é preciso lembrar que esses privilegiados foram os protetores da ilha e sua presunção impediu que o Estado vendesse a ilha a um grupo estrangeiro através de concessões para uso do grande turismo internacional. Os veranistas também são responsáveis pela difusão de cuidados aos ilhéus, assistência, etc. Em resposta à pergunta do conselheiro Oldemar Blasi, Roberto Dange informou que o Decreto prevê uma série de normas, como a altura máxima para construções, materiais empregados, etc. O conselheiro Francisco A. Carboni questionou sobre o que poderá acontecer à cultura local. A diretora do Parque Histórico do Mate, Tosca Zamboni, declarou que a sua proposta será elaborada junto com os técnicos do ITCF e SUREHMA; propôs que a ilha seja pensada com as suas restrições, medidas de controle para o próximo verão, inclusive campings adequados ao plano de uso; apontou que a solução dos problemas da ilha está no continente e solicitou o apoio do Conselho, uma vez que a ilha é bem tombada. A conselhei-

ra Ana Cláudia Cesário solicitou que o conjunto de medidas que surgirão do trabalho das Secretarias seja aprovado pelo CEPHAT. Endossaram a sugestão do Curador do Patrimônio Natural, Roberto Lange, o conselheiro José da Pastura Filho propôs que o campung seja projetado e executado pelo Estado e posteriormente concedida sua gestão às associações locais. O conselheiro Celso G. Carneiro lamentou a falta de informações a respeito do assunto. Declarou que não havendo coerência entre diagnóstico e a proposta dos planos faltam condições técnicas para formulacões de propostas completas. A coordenadora de ensino e pesquisa da SEE/C, Marlene Rodrigues, declarou ter participado de reuniões mensais entre a ACARIPAT, ITCF e outras entidades, realizada em Paranaguá, sobre a Ilha do Mel, verificando que os trabalhos são apoiados em pesquisas quase táticas. Passou, em seguida, a ler a proposta de sua coordenação, que integra o conjunto de propostas da SEE/C a serem entregues à Comissão Executiva da Ilha do Mel. Neste ponto o conselheiro Bigarella pediu para se retirar e passou a presidência ao conselheiro Ildemar Blasi que passou a ler, então, a proposta conjunta dos conselheiros Celso G. Carneiro e José da Pastura Filho, aqui transcrita: "Que se recomende à PARANATUR que ao estabelecer os critérios para concessões dos "campungs" considere os seguintes aspectos: - que as concessões sejam renováveis anualmente; - que se adotem mecanismos que favoreçam a concessão aos moradores locais em especial privilegiando as iniciativas cooperadas; - que

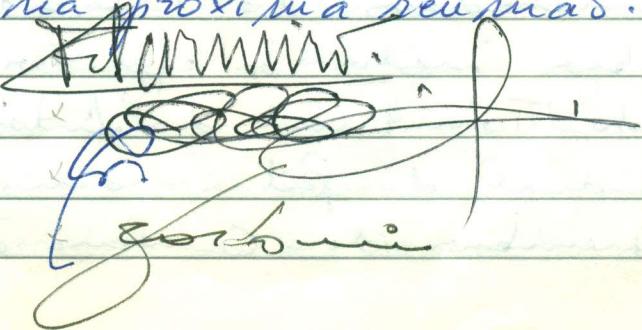
se adote um mecanismo que garanta que tais campings venham a se caracterizar como equipamento para turismo popular". Em seguida o conselheiro Alfred Willer sintetizou os temas debatidos, propondo o seguinte: "1. Que os trabalhos referentes ao uso da Ilha do Mel sejam dirigidos para o preenchimento de três objetivos básicos: preservação do meio natural e cultural; desenvolvimento social da população local; desenvolvimento turístico, com ênfase ao seu caráter popular. 2. Que para atingir estes objetivos, as medidas propostas deveriam abranger, obrigatoriamente três áreas: - planejamento físico / uso do solo; - medidas administrativas necessárias à sua implantação; - planejamento financeiro / Recursos, fontes. Reassumindo a presidência da reunião, o Dr. René Dotti determinou a apresentação de propostas relativas aos Campings à SEIC, bem como, recomendações referentes à descaracterização do arcebispado, apontadas pela professora Marlene Rodrigues. A conselheira Anna Lleide P. Cezário apresentou recomendações, a seguir transcritas:

"Que as medidas adotadas através do plano geral de utilização da Ilha do Mel, que configurem um modo de inserção da população local nos padrões de comportamento de "modernidade" — mas áreas de saúde, educação, relações de trabalho e sobretudo de turismo — levem em consideração as especificidades do modo de vida e da cultura da população nativa. Para isso, o projeto de pesquisa apresentado pelo grupo técnico da SEEC, deve ter a função de ponto de partida para a criação de mecanismos que

levar a população local à referida inserção. Assim, a definição da ação cooperada pleia uma proposta educacional para os moradores da ilha, levariam em consideração as propostas do grupo técnico da SEEC, visando uma ação integrada.

"O presidente do Conselho passou momentaneamente a direção dos trabalhos ao professor Oldemar Blasi que então considerou (digo) convidou a Coordenadora do Patrimônio Cultural, professora Maria Lúcia Valenti Piermarini, para expor a proposta relativa ao acompanhamento dos trabalhos de restauro da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres e do Farol das Conchas.

Passou-se finalmente ao segundo tema da pauta, relativo à aprovação do Plano de Gerenciamento da A.E.I.T. do Marumbi. Foi distribuída a proposta de zoneamento do Plano, tendo em vista a inviabilidade de reproduções integral do Plano e, considerando a brevidade do prazo, foi indicado o conselheiro Celso G. Carneiro para relatar junto à Reunião Conjunta do Conselho do Bairro, do CEDA e da Câmara de Apoio Técnico à AEIT do Marumbi, a realizar-se no dia 14/09, às 14:00 horas no Palácio Piqueri. Nada mais havendo a discutir no que concerne à pauta, o presidente do Conselho deu por encerrada a reunião e em Meca Lúcia Valumbi Pernamby lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes na próxima reunião.


Celso G. Carneiro

~~Proj. Pau~~
Mg. Geraldo
Geografia. Jan
Hypatia Shy.
Faculdade

1. Ata da Reunião conjunta com o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e com a Câmara de Apoio Técnico da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi. Ata da V Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, realizada quatorze dias do mês de setembro, de duzentos e oitenta e seis, conforme convocação enviada aos membros natos e efetivos do Conselho.
2. Nos quatorze dias do mês de setembro de duzentos e oitenta e seis, às quatorze horas, na sala dos governadores do Palácio Iguaçu, reunir-se-á os membros natos e efetivos do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e os membros da Câmara de Apoio Técnico da